Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2021	15h05min	Sessão Extraordinária Remota	158

Solicito ao Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Fábio Felix, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Fábio Felix, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

PARECER 01 CDDHCEDP

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Lei nº 1.394/2020, de autoria do Deputado Martins Machado, que “dispõe sobre o registro de ocorrência e o pedido de medida protetiva de urgência relativos a ato de violência doméstica e familiar contra a mulher, e por atos contra a criança e o adolescente, o idoso e a pessoa com deficiência, quando houver decretação de estado de calamidade pública em razão de epidemias, pandemias e endemias, e dá outras providências”.

Dispõe que a oitiva da vítima, em caso de pedido da medida protetiva de urgência, poderá ser realizada de forma virtual e que o atendimento à vítima de violência deverá ser regulamentado pelo Poder Executivo.

A proposição é meritória e já vem sendo prática corrente da Polícia Civil e das polícias civis de outros estados no enfrentamento das violências durante a pandemia

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 03 2021	15h05min	Sessão Extraordinária Remota	159

da Covid-19. A desburocratização do processo de registro de ocorrências, para que o serviço chegue até as vítimas com maior facilidade para o fim do ciclo da violência, deve ser perseguida de forma permanente para conduzirmos a notificação e assistirmos

Segue Sandra

Rmessias

Assistirmos (falha na transmissão) rede de serviços.

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar é competente para analisar o mérito das proposições atinentes aos direitos da mulher, da criança, do adolescente e do idoso, nos termos que dispõe o artigo 67, V, alínea c.

Por todo o exposto, no âmbito desta comissão, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.394/2020.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Jaqueline Silva, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.